





Celso Furtado e os 60 anos de
Formação Econômica do Brasil



Celso Furtado e os 60 Anos de
*Formação Econômica
do Brasil*



ORGANIZAÇÃO

Alexandre Macchione Saes
Alexandre de Freitas Barbosa

publicações
BBM

Sesc

confirmar os logos



Copyright © 2020



Sumário

Apresentação – <i>Alexandre Macchione Saes & Alexandre de Freitas Barbosa</i>	
Prefácio – <i>Rosa Freire d’Aguiar</i>	
I. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL E O GÊNERO DE “FORMAÇÃO”	
Um Certo “Ar de Família”: Formação, Inserção, Linhagens, Sequências – <i>André Botelho</i>	
História, Economia e Projeto Político em Formação Econômica do Brasil – <i>Vera Alves Cepêda</i>	
Os Sessenta Anos de <i>Formação Econômica do Brasil</i> : Pensamento, História e Historiografia – <i>Alexandre Macchione Saes e Rômulo Manzatto</i>	
II. DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA A HISTÓRIA ECONÔMICA: OS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS HERDADOS DE <i>FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL</i>	
<i>Formação Econômica do Brasil</i> : Celso Furtado como Historiador Econômico – <i>Flávio Rabelo Versiani</i>	



Formação Econômica do Brasil e a Nova Historiografia Econômica
Brasileira – *Flávio Azevedo Marques de Saes*
Furtado, North e a Nova História Econômica – *Mauro Boianovsky*

III. TEORIA E MÉTODO EM *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*

Celso Furtado e o Estruturalismo como Método – *Pedro Cezar
Dutra Fonseca*
Formação Econômica do Brasil: Economia e História – *Maurício C.
Coutinho*
Os Usos da História em *Formação Econômica do Brasil* – *Roberto
Pereira Silva*

IV. DA HISTÓRIA ECONÔMICA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA:
O PROJETO POLÍTICO DE *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*

Modelo Analítico e Projeto Político de *Formação Econômica do
Brasil* de Celso Furtado – *Pedro Paulo Zabluth Bastos*
Luta de Classes Inibida? Furtado e a Especificidade da Estrutura
Social Brasileira – *Fernando Rugitsky*
Sessenta Anos de *Formação Econômica do Brasil: Da Pré-Revolução
Brasileira à Construção Interrompida* – *Carlos Alberto
Cordovano Vieira*

V. A ATUALIDADE DE *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*

O Bonde Perdido do Desenvolvimento: Complexidade Econômica
e a Atualidade do *Formação Econômica do Brasil* – *Fernanda
Graziella Cardoso*
A Dimensão de Futuro em *Formação Econômica do Brasil* – *Gilberto
Bercovici*
Formação Econômica do Brasil, Sessenta Anos Depois –
Alexandre de Freitas Barbosa





VI. O ARQUIVO DE CELSO FURTADO NO INSTITUTO
DE ESTUDOS BRASILEIROS

O Arquivo Pessoal de Celso Furtado: Relações e Relacionamentos
para Além dos Bastidores da História Econômica –
Elisabete Marin Ribas





Apresentação

Em janeiro de 1959, Celso Furtado publicou *Formação Econômica do Brasil*, obra que rapidamente se transformou em clássico da literatura econômica e social do país. Ao apresentar uma síntese da história econômica do Brasil, o livro passou a ser leitura obrigatória para cientistas sociais inseridos no debate sobre a história e a economia brasileira, como também uma porta de entrada para estrangeiros interessados em conhecer aspectos da uma sociedade que vivia, em meados do século XX, um processo de intensa transformação.

Para a redação da obra, Celso Furtado mobilizou um arcabouço de teoria econômica original para a literatura nacional. Como membro da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, Furtado pôde aprofundar sua análise sobre a especificidade da formação das economias latino-americanas, enfatizando a dimensão do subdesenvolvimento. Por outro lado, tendo escrito o livro durante sua vivência na Universidade de Cambridge, interagindo com renomados economistas

como Nicholas Kaldor, Piero Sraffa e Joan Robinson, Furtado também se arvorou em conhecimento resultante da revolução keynesiana, que seria fundamental para que o autor pudesse iluminar o papel do Estado no desenvolvimento nacional.

No campo da história, por outro lado, poucos anos depois de sua publicação, *Formação Econômica do Brasil* se consolidou como uma espécie de roteiro básico para os cursos de história econômica. A obra, que nascera comprometida com a reflexão sobre a economia brasileira, tornava-se também uma síntese sobre o nosso passado, que pautaria uma ampla agenda de pesquisa nos programas de pós-graduação do país. Qual historiador, independente do período a que se dedicasse, não teve que refutar, matizar ou ampliar as hipóteses formulados pelo autor, não obstante a sua afirmação de não ter produzido uma obra de “história econômica”?

Como se não bastasse, ao associar formulação teórica original e uma sintética interpretação ancorada no método histórico-estrutural, Celso Furtado debruçou-se sobre os desafios enfrentados pela sociedade brasileira nos anos 1950. O conhecimento da dinâmica do subdesenvolvimento era pré-condição para um projeto articulado e coerente de desenvolvimento. Se este projeto ainda não aparece com todos os seus contornos em *Formação Econômica do Brasil*, os leitores das suas primeiras edições – estudantes, servidores públicos e representantes de entidades sociais – saíam da leitura com a convicção de que, pela primeira vez na história, o projeto de desenvolvimento nacional tornava-se uma possibilidade concreta. Inclusive pelo fato de o autor ter destrinchado na obra as tensões e dilemas estruturais que se interpunham no meio do caminho.

Na síntese de Francisco de Oliveira, em *A Navegação Venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado*, “para o erro ou para o acerto, boa parte

da política econômica nas últimas cinco décadas é uma discussão em torno das formulações de *Formação Econômica do Brasil*¹.

Em suma, mantendo seu vigor interpretativo, característica de obras verdadeiramente clássicas, *Formação Econômica do Brasil* continua um texto incontornável para aqueles interessados na análise de longa duração da economia brasileira, como também uma obra que ainda produz preciosas sugestões sobre um projeto social e econômico de Brasil.

Assim, valendo-se da efeméride dos sessenta anos de publicação da obra, em 2019 foi realizado o evento Celso Furtado e os 60 anos de *Formação Econômica do Brasil*, organizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e pelo Instituto de Estudos Brasileiros, ambos da USP, e sediado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc. Na oportunidade, o evento contou com nove mesas e 22 especialistas sobre a obra e vida de Celso Furtado. O seminário discutiu não somente a relevância teórica e histórica da obra consagrada de Celso Furtado, como também avaliou sua contribuição interpretativa para pensar sobre os desafios contemporâneos.

O presente livro reúne parte significativa das contribuições apresentadas naquela oportunidade, investigando as diversas dimensões abertas pela obra ao longo de suas seis décadas de existência. Os organizadores aproveitam para agradecer todos os autores, assim como os expositores, que estiveram presentes no evento e contribuíram com suas pesquisas para a reflexão sobre a obra de Celso Furtado.

As duas primeiras partes do livro exploram o lugar de *Formação Econômica do Brasil* na literatura brasileira, de um livro que nasceu como *best-seller* e formou gerações de economistas e cientistas sociais. “*Formação Econômica do Brasil* e o Gênero de Formação” insere a obra de Celso Furtado no contexto dos clássicos da literatura econômica e

social brasileira. Mesmo publicado quase uma geração depois da tríade *Casa-Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, é possível dizer que a obra de Furtado parte das pioneiras interpretações do Brasil para oferecer sua própria chave para a compreensão do país. André Botelho, Vera Cepêda, Alexandre Saes e Rômulo Manzatto problematizam essa noção de *Formação Econômica do Brasil* como parte de um gênero de “formação”.

A segunda parte, “Da Economia Brasileira para a História Econômica: Os Debates Historiográficos Herdados de *Formação Econômica do Brasil*”, por sua vez, demonstra como as teses e sínteses presentes na leitura histórica de Furtado sobre a economia brasileira produziram diversas hipóteses de pesquisa para estudos da historiografia nacional. Se Flávio Versiani e Flávio Saes abordam como a síntese de *Formação Econômica do Brasil* estimulou uma variada gama de pesquisas monográficas nas décadas seguintes a sua publicação, também problematizam o quanto as evidências empíricas conseguiram construir novas sínteses. Essa problemática também aparece no texto de Mauro Boianovsky, que explora o diálogo entre Celso Furtado, Douglass North e a Nova História Econômica.

Os textos reunidos nas duas partes seguintes, “Teoria e Método em *Formação Econômica do Brasil*” e “Da História Econômica para a Economia Brasileira: O Projeto Político de *Formação Econômica do Brasil*”, exploram o impacto da obra entre os contemporâneos, decorrente tanto da capacidade do autor de mobilizar diferentes teorias para construir uma interpretação de Brasil muito própria, como a de oferecer, em fins da década de 1950, um projeto de Brasil por meio de uma leitura histórica do país. Pedro Dutra Fonseca, Maurício Coutinho e Roberto Pereira Silva explicitam como Furtado mobilizou teorias e métodos para produzir sua “obra prima do estruturalismo latino-ame-

ricano”, conforme definição de Ricardo Bielschowsky. Por outro lado, Pedro Paulo Bastos, Fernando Rugitsky e Carlos Cordovano Viera, partindo das especificidades da obra, exploram a relevância de *Formação Econômica do Brasil* para o debate político entre seus contemporâneos, isto é, para a construção de um projeto de país que se tornaria bastante influente.

Na quinta parte do livro, “A Atualidade de *Formação Econômica do Brasil*” há contribuições de Fernanda Cardoso, Gilberto Bercovici e Alexandre Barbosa. Os três artigos voltam-se para evidenciar o vigor de *Formação Econômica do Brasil* mesmo sessenta anos depois de sua primeira edição. Com dezenas de reimpressões, mais de trezentos mil exemplares vendidos e traduzida para oito línguas, a obra continua uma porta de entrada para aqueles que buscam conhecer a trajetória da economia brasileira. Os autores nos indicam, todavia, que *Formação Econômica do Brasil* é mais do que uma síntese sobre o passado brasileiro, e deve ser compreendido também como um instrumento de análise da conjuntura e de problematização dos caminhos para o desenvolvimento do país. Daí o convite para que o autor, além de citado, seja praticado por meio da “aplicação” do seu método para o Brasil contemporâneo, funcionando como ferramenta indispensável para a formulação de novas interpretações e utopias. Desta forma, ele pode continuar a fazer história.

O exercício de reler *Formação Econômica do Brasil* e de se voltar para a obra de Celso Furtado, em suma, ainda oferece amplo material tanto de pesquisas, como de projetos de futuro. Neste ano de 2020, centenário de nascimento de Celso Furtado, a sociedade recebe novo estímulo para revistar suas obras, reflexões e interpretações econômicas e políticas sobre o país, com a chegada de seu acervo no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Por isso,

este volume se encerra com algumas reflexões de Elisabete Ribas sobre o potencial do arquivo de Celso Furtado.

O acervo, doado pela viúva de Celso Furtado, a jornalista e tradutora Rosa Freire d’Aguiar, será um desses mananciais para novas pesquisas, descobertas e perspectivas de análise, com potencial para ampliar a concepção de desenvolvimento, para além das leituras economicistas convencionais. Assim como este livro, que ao retomar o clássico *Formação Econômica do Brasil* sessenta anos depois, não deixou de propor novas reflexões, o estudo da obra e da trajetória do mestre Furtado certamente permite realizar uma análise crítica sobre o presente, especialmente em tempos tão sombrios como os de hoje, e apontar caminhos para a construção de alternativas civilizatórias.

Vale recuperar as sugestões de Celso Furtado nas suas últimas notas de seu diário, reiterando a importância do conhecimento e da utopia, que marcaram sua vida, além de cada vez mais necessárias nos dias de hoje:

“Não basta vontade política. É necessário armar-se de conhecimentos para transformar o mundo” (2000).

“Nada traduz tão bem a face criadora de uma sociedade como sua capacidade de inventar utopias” (2002)¹.

São Paulo, abril de 2020

Os organizadores

1. Celso Furtado. *Diários Intermitentes: 1937-2002*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019, p. 427.

Centro de Pesquisa e Formação do Sesc,
6 a 8 de novembro de 2019

MESA 1. Apresentação do filme *O Longo Amanhecer*.

Mediação: Alexandre Barbosa (IEB/USP) e Alexandre Saes (FEA/USP).

MESA 2. *Formação Econômica do Brasil* e o gênero de “Formação”.

Com Bernardo Ricupero (FFLCH/USP), André Botelho (UFRJ), Vera Cepêda (UFScar).

MESA 3. Teoria e método em *Formação Econômica do Brasil*.

Com Pedro Dutra Fonseca (UFRGS), Maurício Coutinho (Unicamp) e Roberto Pereira Silva (Unifal).

MESA 4. Da história econômica para a economia brasileira: o projeto político de Formação Econômica do Brasil.

Com Tania Bacelar (UFPE), Pedro Paulo Z. Bastos (Unicamp), Fernando Rugitsky (FEA/USP).

MESA 5. Da economia brasileira para a história econômica: os debates historiográficos herdados de *Formação Econômica do Brasil*.



Com Flávio Versiani (UNB), Alexandre Saes (FEA/USP) e Carlos Alberto Cordovano Vieira (Unicamp).

MESA 6. Dos sessenta anos de *Formação Econômica do Brasil* aos cinquenta anos de *A Economia Latino-Americana*.

Com Rosa Freire D'Aguiar (Centro Celso Furtado), Luiz Felipe Alencastro (FGV/SP) e Ricardo Bielschowsky (UFRJ).

MESA 7. *Formação Econômica do Brasil* e as novas correntes em economia

Com Flávio Saes (FEA/USP), Mauro Boianovsky (UNB) e Fernanda Cardoso (UFABC).

MESA 8. *Formação Econômica do Brasil* no acervo de Celso Furtado
Rosa Freire D'Aguiar (Centro Celso Furtado) e Elisabete Ribas (IEB/USP).

MESA 9. A atualidade de *Formação Econômica do Brasil*.

Com Carlos Eduardo de Carvalho (PUC/SP), Gilberto Bercovic (FD/USP) e Alexandre Barbosa (IEB/USP).



falta a imagem



Prefácio

Rosa Freire d'Aguiar







I



FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL
E O GÊNERO DE “FORMAÇÃO”









Um Certo “Ar de Família”: Formação, Inserção, Linhagens, Sequências¹

André Botelho

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)



Eu começo agradecendo aos colegas Alexandre Freitas Barbosa e Alexandre Macchione Saes pelo convite. É sem dúvida um convite generoso, já que não sou especialista em Celso Furtado. Aceitei-o pelo que ele tem de instigante intelectualmente em torno da questão da “formação” que, cedo ou tarde, desafia a todo pesquisador da cultura brasileira. Mas, especialmente, pela importância intelectual e política de Celso Furtado e a necessidade de incorporar mais a sua obra ao repertório do pensamento social brasileiro, minha área de pesquisa. Estamos correndo riscos, porém. Tenho que adverti-los. Estou com

1. A generosidade dos organizadores explica a inclusão destes comentários preparados para apresentação no seminário Celso Furtado e os 60 anos de *Formação Econômica do Brasil*, mesmo diante da impossibilidade de transformá-los, neste momento, num texto, digamos, mais sistemático. É isso que explica, ainda, a permanência da sua oralidade original em várias passagens. Inacabado, dedico-o ao colega e amigo Pedro Meira Monteiro.

dois colegas nessa mesa, e que há muito são também meus amigos, que além de terem muita experiência em pensamento social, ou pensamento político-social, como talvez eles preferam, são também especialistas na obra do homenageado e/ou no próprio tema da mesa. Os trabalhos de Vera Alves Cepêda sobre Celso Furtado são referências incontornáveis para os pesquisadores da área²; e Bernardo Ricupero, além de vir escrevendo e orientando sobre o tema da “formação”, é também autor de um artigo sobre Furtado cujo assunto é praticamente o mesmo dessa mesa³.

Pensar Celso Furtado e sua obra hoje, em especial *Formação Econômica do Brasil*, cujo aniversário de sessenta anos nos reúne aqui, em relação ao “gênero de formação” implica, a meu ver, percorrer um roteiro com três questões principais. A primeira, saber o que se está chamado de “gênero de formação” – a começar por discutir se é mesmo um “gênero”, um “paradigma” ou um “campo problemático”. A segunda, a pertinência e o rendimento analítico de situar Celso Furtado nele ou em relação a ele. Mas não apenas isso. Talvez, o mais importante hoje fosse saber se e o que o pensamento de Celso Furtado tem também a interpelar esse “gênero”. E essa terceira questão seria justamente uma forma de refletir sobre a atualidade ou não do “gênero de formação” nos estudos do pensamento social brasileiro.

Não tenho, porém, pretensão de responder a essas questões. Na verdade, tal como vejo, esse é um desafio coletivo para essa mesa como

2. Vera Alves Cepêda, “O Lugar da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado no Pensamento Político dos anos 50” e “Contextos e Funções da Democracia no Pensamento Furtadiano – 1944-1964”, por exemplo.
3. Bernardo Ricupero, “Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro”; Raphael Marino, *As Figurações da Formação no Pensamento Brasileiro*; Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia: um Estudo sobre os Pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*.

um todo e, muito mais, para além dela ainda. Minha contribuição se limitará, se muito, à discussão da primeira das questões apontadas. Como o título da minha apresentação sugere, tomo a oportunidade para refletir sobre o debate que a questão da “formação” vem suscitando nos últimos anos. Espero que esta espécie de balanço que apresentarei, com base também em minha própria trajetória de pesquisa mais recente, possa, com a ajuda de vocês, constituir um ponto de partida para uma futura discussão mais sistemática sobre Celso Furtado – quem sabe já começamos algo nesse sentido, com a aproximação das comemorações do centenário de nascimento desse grande brasileiro. Minha aposta de todo modo é que a revisão da obra de Celso Frutado da perspectiva das questões mais amplas da área de pesquisa do pensamento social brasileiro pode nos ajudar também a abrir a caixa-preta da “formação”. Ênfase, já de saída, que, do meu ponto de vista, estamos diante de diferentes modos de ler a “diferença” no interior de práticas discursivas, materiais e institucionais que ajudaram a modelar algumas das mais persistentes linhas de interpretação sobre o Brasil e seus dilemas. Daí que o debate de ideias seja a forma possível – e a meu ver desejável – de aproximação ao tema.

I

Se eu interpretei corretamente o convite e o título dessa sessão, por “gênero de formação” devo compreender a discussão que, digamos, embora mais perene e dispersa no âmbito da tradição intelectual brasileira, ganha contornos decisivos na formulação de Paulo Eduardo Arantes em seu importante texto “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo”. Embora originalmente publicado em 1992 num livro em homenagem a Antonio Candido, *Dentro do Texto*,

Dentro da Vida (resultado de uma jornada em homenagem ao notável professor, crítico literário e também sociólogo), o texto de Arantes é peça fundamental do livro que, publicado com Otília Beatriz Fiori Arantes cinco anos depois, em 1997, *Sentido da Formação*, desdobrou, expandiu e de alguma forma consolidou para outros domínios disciplinares e personalidades intelectuais e artísticas o paradigma da “formação”. É isso, aliás, que já se indica com o subtítulo escolhido para o livro – “Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa” – que propõe uma interpretação de conjunto e integrada do que seria a dinâmica da vida cultural brasileira.

Como sabemos, em *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos* (1959) de Antonio Candido, a ideia de “formação” compreende, segundo o próprio autor, “a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) que liga uns a outros”⁴. Muito esquematicamente, o estudo da “formação” implicaria, então, em estabelecer uma espécie de causalidade interna num “sistema cultural” em constituição – a ideia central de “sistema” no funcionalismo vigente na sociologia da época joga aí papéis decisivos, mas nem sempre reconhecidos devidamente. Isto é, um nexos orgânico entre autores, obras e públicos que fosse capaz de incorporar ou aclimatar a partir de critérios próprios o “influxo externo” inevitável (de teorias, formas, doutrinas), dado o caráter não apenas recente, mas, sobretudo, subordinado da cultura brasileira em relação à cultura europeia. Assim, numa análise da “formação” seria capital indicar os “momentos decisivos” em que se

4. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, p. 25.

delineiam, a despeito do influxo externo que sempre ameaça dissolver o processo, linhas evolutivas internas mais ou menos contínuas e estruturadas – isto é, é preciso detectar quando o processo está em vias de se “completar”.

Essa busca de “linhas evolutivas mais ou menos contínuas” constituiria, argumenta Paulo Arantes, “verdadeira obsessão nacional”, figurando no assunto e às vezes nos próprios títulos de vários outros livros importantes. Além do livro de Antonio Candido, estão lá *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., *Formação Econômica do Brasil*, do nosso homenageado, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, de Raymundo Faoro, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda etc.⁵ Tomando essa recorrência como “cifra de uma experiência intelectual básica”, Arantes observa que “na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele corpus de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução”⁶.

Penso que o conjunto de problemas identificados por Paulo Arantes a partir da sua interpretação da categoria de “formação” de Antonio Candido pede sem dúvida desdobramentos. Particularmente no que diz respeito ao que o autor chama de “permanência variada da sensação de vida intelectual prejudicada, no caso, justamente pela ausência da força formativa que lhe assegure alguma fibra diante das ine-

5. Paulo Eduardo Arantes, “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo”, p. 11.

6. *Idem*, pp. 11-12.

vitáveis flutuações do malfadado influxo externo, até segunda ordem, predominante”⁷. Assim, na interpretação de Arantes, justamente por expressar um ideal eurocêntrico, o paradigma da “formação” colocaria em evidência a falta de pressupostos históricos que de alguma forma emperrariam nosso desenvolvimento nessa direção, aliás, bastante predefinida. Formação, argumenta, é noção “a um tempo descritiva e normativa” e “que o horizonte descortinado pela ideia de formação corresse na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada” compreende-se por ser o “ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado”⁸. Os problemas apontados por Arantes nos jogam, assim, no “centro” da reflexão cultural “periférica”, abusando dos trocadilhos, que são as questões sobre o Brasil como “cópia” e os diferentes modos de ler a “diferença” na cultura brasileira.

Não tenho como prosseguir diretamente com a questão neste momento. Estou ciente, porém, que a discussão de Arantes sobre o paradigma da “formação” se relaciona, de várias formas, à análise que já vinha fazendo anteriormente sobre a questão da “dualidade” no repertório intelectual brasileiro. Refiro-me, claro, a *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira*, de 1992, no qual, confrontando as perspectivas de Roberto Schwarz e Antonio Candido, o autor formaliza numa perspectiva sintética a ideia de superação de um sentimento difuso de dualidade, como uma espécie de dado da realidade brasileira, pela perspectiva dialética, que vê como superior a outras. Gostaria de lembrar, para enfatizar o ponto, que em 2007, em entrevista concedida por Roberto Schwarz em Caxambu a Lilia Moritz Schwarcz e a mim, em certo sentido preparatória para as comemorações dos trinta anos

7. *Idem*, p. 14.

8. *Idem*, pp. 11-12.

de *Ao Vencedor as Batatas* que fizemos no Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro da Anpocs, que então coordenávamos, voltamos a essa discussão. Perguntado sobre a crítica da professora Maria Sylvia de Carvalho Franco ao seu texto-manifesto “As Ideias Fora do Lugar”, especialmente a de que ele reporia uma visão dualista, o professor Schwarz nos respondeu que “o dualismo não se suprime por um ato de vontade, ele é um dado geral do capitalismo em toda parte, é a sociedade cindida. Agora, se você é um espírito dialético, não para na dualidade e trata de revê-la dentro de um movimento mais amplo e de fundo. Entretanto se você recusa a dualidade como ponto de partida, você não faz análise dialética. Aliás, não só dialética, vira tudo um mingau indiferenciado”⁹.

Voltemos, porém, à “formação”. Embora Paulo Arantes informe, na segunda nota de seu texto, que deve a “Roberto Schwarz o reconhecimento do ar de família que reúne as nossas diversas ‘formações’ em torno do mesmo foco, que a seguir procuro fixar”¹⁰, é interessante perceber como, para o próprio Schwarz, talvez, o problema estivesse justamente nessa aparente unidade, nesse “ar de família”. Assevera Schwarz duas questões decisivas nesse sentido: primeiro que a categoria “formação” comporta ao longo da nossa história os mais diferentes usos, “conservadores ou transformadores”; segundo, que o seu “sentido”, no caso específico do livro de Antonio Candido de onde, de certa forma, é generalizado para pensar a experiência intelectual brasileira mais ampla, aponta para uma esfera muito particular, a literária, já for-

9. Roberto Schwarz, “Ao Vencedor as Batatas 30 Anos: Crítica da Cultura e Processo Social”, p. 234.

10. Paulo Eduardo Arantes, “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo”, p. 63.

mada a partir do último quartel do século XIX, a despeito dos dilemas formativos de outras esferas, ou mesmo do conjunto da sociedade¹¹.

Justamente o “ar de família” é o problema que eu gostaria de problematizar no debate mais amplo sobre “formação”. Recorro às reflexões surgidas no meu próprio trabalho de pesquisa e interlocuções acadêmicas para ilustrar minha preocupação com as dificuldades que vejo envolvidas na busca de unidades mais ou menos estáveis para os chamados ensaios de interpretação do Brasil. No lugar da unidade, pretendi ressaltar em meus trabalhos, antes, sua instabilidade, contingências, fissuras e diferenças constitutivas, o que permitiu ao menos explicitar o sentido conflituoso e concorrente, ainda que eventualmente cumulativo, entre diferentes interpretações do Brasil. Delimito, desse modo, meu recorte no tema vasto da “formação” e a perspectiva que gostaria de discutir a partir daqui: que diferenças se escondem sob esse – e qualquer outro – ar de família? Claro que, como em qualquer família, também no caso da tradição intelectual brasileira, por vezes “os mais próximos são os mais distantes, e ninguém pode impedir que um Montecchio se apaixone por uma Capuleto”, como observava argutamente Gildo Marçal Brandão¹².

O texto de Roberto Schwarz que evoquei anteriormente, peça central nesse debate e também tão importante para minha reflexão, é “Os Sete Fôlegos de um Livro”, um dos quatro ensaios sobre Antonio Candido, seu professor, reunidos na primeira parte do livro de 1999 e para o qual Schwarz, talvez, não por acaso tenha escolhido o título geral de *Sequências Brasileiras*. A meu ver, é esta uma fórmula que sem dúvida permite problematizar, para dizer o mínimo, justamente

11. Roberto Schwarz, “Os Sete Fôlegos de um Livro”, pp. 17, 55.

12. Gildo Marçal Brandão, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, p. 39.

a ideia de “formação” e o ideal normativo a ela comumente associado de uma seriação progressiva, integradora e teleológica de manifestações culturais – no caso de Candido e Schwarz, da literatura; no meu, dos ensaios.

Transpondo o argumento de Schwarz ao campo do pensamento social voltado à investigação dos ensaios de interpretação do Brasil, poderíamos acrescentar ainda que mesmo o movimento metodológico comum que diferentes ensaios realizam de voltar ao “passado colonial” para buscar conferir inteligibilidade aos dilemas do presente não parece suficiente para inferir uma unidade estável entre eles. Afinal, se realizam em conjunto aquele movimento, para pensar a dimensão de processo inscrita no presente vivido, como Antonio Candido se referiu ao legado dos ensaístas de 1930 para a sua própria geração¹³, são muito diferentes, porém, e mesmo conflitantes, as formas como cada um dos ensaios o realizam. Em cada um deles, como observa Elide Rugai Bastos, não apenas a noção de “processo” é distinta, como a própria “versão do passado é diferente porque, entre várias outras razões, é diversa a visão sobre o lugar da tradição na explicação do país”¹⁴.

Então, talvez, a primeira questão a se enfrentar seja a relativa ao próprio estatuto cognitivo da “formação”: trata-se de um “gênero” (como sugerido pelo título da mesa)? De um “paradigma” ou de um “campo problemático”? Essa última alternativa me parece favorecer mais o entrecruzamento de perspectivas e sentidos diferentes e divergentes que, no entanto, compartilham um contexto comum de problemas e questões. Ainda que essas diferentes formas de pensar a

13. Antonio Candido, “O Significado de *Raízes do Brasil*”, p. 235.

14. Elide Rugai Bastos, “*Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: Um Diálogo*”, p. 20.

“formação” possam ser válidas, é preciso atentar também para os limites teóricos que implicam. Sem que possa desenvolver o assunto aqui, observo que “gênero” e “paradigma” formalizam demasiadamente a variedade empírica das manifestações que buscam compreender, aparando arestas que são significativas demais para serem deixadas de lado. Como chamei a atenção logo de saída, e irei repetir ao longo desses comentários, “formação” nos coloca diante de modos específicos de ler a diferença cultural no interior de práticas discursivas e institucionais que vêm moldando persistentes linhas de interpretação sobre o Brasil e seus dilemas. Daí que, talvez, se possa mesmo falar nos termos de uma “episteme” no sentido definido por Michel Foucault como, ademais, já foi proposto por Silviano Santiago a propósito do nosso tema: “pode-se considerá-lo único e elástico na sua rentabilidade discursiva. E intenso na multiplicidade de visões históricas e de versões identitárias do brasileiro e da nação brasileira, a que ele deu curso”¹⁵. Prossegue o crítico: “Ao se elevar à condição de paradigma, ‘formação’ funda e estrutura, no século xx brasileiro, os múltiplos saberes confessionais, artísticos e científicos que compartilham certas características gerais ou formas do nosso ser e estar em processo de desenvolvimento”¹⁶.

II

Celso Furtado tem sido lembrado nas discussões sobre a “formação” tanto pelo lado da crítica, digamos, instituidora da episteme da

15. Silviano Santiago, “A Anatomia da Formação: A Literatura Brasileira à Luz do Pós-Colonialismo”.

16. *Idem*.

“formação”, como no já citado texto de Paulo Arantes, quanto pelo lado da crítica que vem apontando o seu esgotamento, como no texto de Marcos Nobre “Depois da ‘Formação’”, de 2012. Concentremo-nos agora nessa segunda posição. Diz Nobre:

Publicados depois de pelo menos vinte anos de vigência do nacional-desenvolvimentismo e em ambiente de incipiente mas existente democracia, *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido, e *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, já apresentavam um grau de complexidade muito superior ao fornecido pelo par antitético original “arcaico” e “moderno”. Tratava-se, ali, de recolocar os problemas em termos de um vínculo interno entre “nacional-desenvolvimentismo” e “democracia”, entre modernização e justiça social. Sua característica marcante foi reconstruir a história do país como estações de um processo de formação em curso, já parcialmente realizado, cujo sentido permitiria, por sua vez, delinear tendências de desenvolvimento e mesmo de continuidade. É assim que, nesses dois livros, a ênfase recai não sobre o diagnóstico dos “arcaísmos”, mas sobre a lenta, porém progressiva, cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do “moderno brasileiro” (numa palavra: o “sistema literário”, para Candido; o “mercado interno”, para Furtado)¹⁷.

Para Nobre, o que vê como “positividade e progressividade” da formação não poderia mais ser sustentado, nesses termos, depois do golpe civil-militar de 1964: “era necessário abandonar a perspectiva por demais “positiva” dos pensadores de referência do paradigma da “formação” e produzir um novo diagnóstico, ainda mais complexo e, sobretudo, permeado por uma ‘negatividade’ que ficou em segundo plano nos modelos originais de Candido e Furtado”¹⁸.

17. Marcos Nobre, “Depois da ‘Formação’ ”.

18. *Idem*.

Naquele contexto, argumenta Nobre, desenvolveu-se uma “auto-crítica” que justamente acabou por firmar a hegemonia intelectual do paradigma da formação, com destaque para a atuação do grupo então reunido no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Entre os trabalhos emblemáticos desse “momento reflexivo” do paradigma destaca *Crítica à Razão Dualista* (ensaio de 1972, publicado em livro em 1981), de Francisco de Oliveira, e trabalhos de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis cuja publicação ainda se deu ao longo da década de 1990. Ao contrário do que, talvez, fosse mais previsível de se esperar, porém, esses trabalhos, como lembra Nobre, em grande medida só foram possíveis tendo em vista as possibilidades abertas pelo trabalho de Fernando Henrique Cardoso. Disse contrariando expectativas, porque este autor, como se sabe, em grande medida como reação a diferentes desenvolvimentismos, já havia mostrado, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de 1967, escrito em parceria com Enzo Faletto, que a opção por um desenvolvimento “dependente associado” se apresentava como um entrave estrutural, impondo severas limitações às pretensões do projeto de desenvolvimento autônomo e soberano do nacional-desenvolvimentismo¹⁹.

Seja como for, justamente trabalhos de Roberto Schwarcz sobre Machado de Assis, ao lado do de Paulo Arantes já citado, teriam chegado até o limiar do novo século sustentando aquele paradigma da “formação”, apesar de ser inviável a continuidade de “qualquer projeto de tipo nacional-desenvolvimentista”, dadas as mudanças estruturais do capitalismo e, no caso do Brasil, com a saída da ditadura e a redemocratização do país. Explica Nobre:

19. Karim Abdalla Helayel, *Um Sociólogo na Periferia do Capitalismo: A Sociologia Histórico-Comparada de Fernando Henrique Cardoso*.

A conjunção desses dois movimentos tectônicos tornou caduco não apenas o paradigma da “formação”: tornou inviável qualquer ideia de “projeto de país” nos termos em que o nacional-desenvolvimentismo (em suas variadas formas) cunhou a expressão. Pois, em condições democráticas, um “projeto de país” – ou um padrão de desenvolvimento – é o resultado de uma ampla luta social e política, travada ao longo de décadas, dentro e fora do poder de Estado, conflito moldado por diferentes correlações de forças e por diferentes constelações hegemônicas²⁰.

No fundo, o argumento de Nobre – lembrando tanto de processos econômicos e políticos em curso desde então quanto de alguns textos emblemáticos do período que levariam aos limites e exporiam simultaneamente suas idiossincrasias, como os de Rodrigo Naves, na teoria da arte, e de Luiz Felipe de Alencastro, na historiografia da escravidão – trata de uma “sobrevida solidária” do paradigma da formação: Diz ele:

Entretanto, a longa hegemonia do nacional-desenvolvimentismo – e, no seu interior, do paradigma da “formação” em particular – produziu algo como um “carecimento de um projeto de país” exposto em seu conjunto; e o não preenchimento dessa falta não faz senão reforçar a própria lógica do carecimento. Dito em uma frase, no momento em que as condições para a produção de um sucedâneo do nacional-desenvolvimentismo estão inteiramente ausentes, a continuidade da defesa (implícita ou explícita) do paradigma da “formação” cumpre uma função primordialmente ideológica – e retrógrada²¹.

Em suma, o texto de Nobre conclama a uma espécie de “destravamento da inteligência e da crítica” que, segundo ele, só viria com o “reconhecimento de que um processo de ‘formação’ se encerrou

20. Marcos Nobre, “Depois da ‘Formação’ ”.

21. *Idem*.

– ainda que não tenha se completado da maneira como esperava o paradigma”²².

Não é o caso de, neste momento, discutir detalhadamente esses argumentos. Todavia, é possível perceber que, como no caso do texto de Paulo Arantes, um dos objetos principais da sua crítica, “formação” também no texto de Nobre figura como um paradigma bastante unificado, com arestas por demais aparadas entre as diferentes ideias de formação envolvidas. A seguir, quero argumentar que mesmo se considerada como um “paradigma” (o que acontece em ambos os casos), a ideia de “formação” é muito mais fraturada, diversa e mesmo descontínua do que também Nobre tende a caracterizar. Lembrarei nesse sentido da questão das sequências em Roberto Schwarz e, em parte, a partir dele, no meu próprio trabalho de pesquisa sobre os ensaios de interpretação do Brasil.

Meu interesse em enfatizar discontinuidades e contingências talvez se deva mesmo porque, como sociólogo, esteja sempre desafiado a pensar as ideias como forças sociais reflexivas. Isto é, as ideias não apenas como produtos sociais, mas também, reflexivamente, produtoras do social. Semântica da permanência e da mudança, as interpretações do Brasil interagem no processo social com elementos de ordens diversas, mobilizando, reiterando e transformando repertórios ou gramáticas intelectuais e sentimentais – que são sempre culturais e políticos. Nesse processo, em meio às contendas dos atores e grupos sociais, formas de narrativas e de ação perdem e ganham eficácia, assim como se alteram os modos de sensibilização e reconhecimento diante dos problemas sociais. E, apesar do aprendizado social envolvido, nem sempre resultam em mudanças na sociedade, pois dependem sempre

22. *Idem*.

de portadores sociais e das relações estabelecidas entre eles para se efetivarem ou não como forças sociais²³.

Desse ponto de vista, como quero argumentar, a própria sensação de unidade, uniformidade e de estabilidade associada por seus formuladores e críticos ao paradigma da “formação” se perde em alguma medida, e “lascas” interessantes surgem, algumas levando a “fissuras” que talvez nos permitam divisar novas perspectivas. Verdade que a busca desse lugar pode parecer em si mesma anacrônica e que, mesmo encontrando-o, já seja tarde demais para o cumprimento de alguns dos objetivos nele implicados. Com algum exagero, porém, pondero que essa tentativa talvez se torne mais necessária e urgente para nós justamente por não fazer mais diferença – ao menos nos termos colocados por seus críticos.

As reviravoltas na espiral da democracia não pararam – como bem sabemos hoje, mais do que em 2012 – no Brasil e no mundo. O contexto atual da sociedade brasileira, não é segredo, mostra-se bastante diferente daquele de (poucos) anos atrás, quando, de fato, o anacronismo dos problemas sociais implicados na ideia de formação parecia mais convincente do que talvez nos seja hoje. O aumento crescente das desigualdades sociais e a intensificação de sua naturalização ideológica, bem como o retraimento da esfera pública e os ataques diretos à democracia que, a muitos, parecia constituir a essa altura da história um mero pressuposto analítico, ou um dado da realidade social, para não falar das mudanças associadas em curso no capitalismo global, pensou, mudaram a pauta do debate intelectual. Esses fenômenos estão mesmo exigindo interpretações sociológicas mais vigorosas, após certo refluxo das chamadas grandes narrativas. A sociologia ganha novo destaque

23. André Botelho, *O Retorno da Sociedade. Política e Interpretações do Brasil*.

nesse contexto, na medida em que vai se tornando mais claro do que nunca que as inovações institucionais e tecnológicas não se realizam, de fato, num vazio de relações sociais. A institucionalização democrática das últimas décadas, em suma, não anulou a socialização autoritária tradicional na sociedade brasileira.

De fato, se essas questões dizem respeito até certo ponto a qualquer sociedade, elas são particularmente sensíveis naquelas que estamos acostumados a chamar de “dependentes”. Não importa muito para a nossa discussão neste momento se “dependência cultural” ainda é a melhor categoria ou não para dar conta do problema, mesmo que os fenômenos envolvidos não sejam hoje exatamente os mesmos do passado. Seja como for, continua a existir uma geopolítica mundial da cultura com relações e trocas assimétricas e recriação de hierarquias de vários tipos. Até aqui, a chamada mundialização da cultura não parece estar, de fato, gerando exatamente relações multicêntricas ou mais simétricas, apesar da intensificação de trocas de todos os tipos garantidas, por exemplo, pelo desenvolvimento tecnológico.

As interpretações do Brasil, penso, representam uma espécie de “repertório cognitivo” a que podemos recorrer manifesta ou tacitamente para buscar motivação, perspectiva e argumentos em nossas contendas, bem como na mobilização de identidades coletivas e de culturas políticas. Por isso, é preciso, então, começar por reconhecer que elas não constituem realidades ontológicas estáveis. São antes objetos de disputas cognitivas e políticas e, nesse sentido, recursos abertos e contingentes, ainda que não aleatórios, no presente.

Isso me remete à crítica de Silviano Santiago à episteme da “formação”. Santiago, como se sabe, contrapõe conceitualmente “inserção” à “formação”, defendendo que o estudo (no seu caso) das “letras nacionais” não mais se dê sob a perspectiva de seu “desenvolvimento”, mas

do ponto de vista de sua “inserção” no panorama internacional. Em “Anatomia da Formação: A Literatura Brasileira à Luz do Pós-Colonialismo”, observa o crítico que se o “problema do desenvolvimento nacional nunca deixará de ser alicerce e impulso para a reflexão”, o discurso da formação já se mostraria agônico numa indicação de que o paradigma que o informava estaria “a perder a condição de prioritário. A exaustão deriva de transformações significativas na definição de prioridades nacionais, das prioridades materiais no novo milênio que exigem outro feixe de discursos afins e complementares, que constituirão novo paradigma”. Assim, o momento presente, que seria o da “iminência do corte epistemológico”, já deixaria a mostra, por exemplo, um ideal normativo eurocêntrico que fez com que o discurso da formação permanecesse alheio a novas questões e a novos objetos, isolando a literatura brasileira da revisão pós-colonialista²⁴.

Perceba-se como a normatividade eurocêntrica que o texto de Paulo Arantes indica como um pressuposto da ideia de formação de Antonio Candido e de toda uma plêiade de autores, mas que ele mesmo não problematiza, como tampouco o texto de Marcos Nobre, ganha o primeiro plano no argumento de Santiago. Por certo, a discussão de Silviano Santiago sobre “inserção” em contraposição à “formação” relaciona-se ao seu trabalho teórico mais longo e amplo. Penso que um marco mais recente importante nesse sentido encontra-se no estudo introdutório à obra *Intérpretes do Brasil* que reuniu, em três volumes, alguns dos estudos clássicos da formação da sociedade, do Estado e da cultura brasileiros, no contexto das comemorações dos quinhentos anos do dito descobrimento do Brasil, em 2000. Alguns dos livros

24. Silviano Santiago, “A Anatomia da Formação: A Literatura Brasileira à Luz do Pós-Colonialismo”.

que, observa Silviano já de saída, “temos e que envolvem, de maneira descritiva, ensaística ou ficcional, o território chamado Brasil e o povo chamado brasileiro, sempre serviram a nós de farol (e não de *espelho*, como quer uma teoria mimética apegada à relação estreita entre realidade e discurso)”²⁵. Mostra o autor como em diferentes interpretações recolocam-se em questão “identidade”, “hierarquia” e “liderança” na sociedade que se veio formando no contexto do império colonial português na América, e como a palavra escrita sempre constituiu um mecanismo de abordagem dos problemas e de estabelecimento dos valores sociais, políticos, econômicos e estéticos da nova terra e da sua gente. Assim, forma-se uma tradição intelectual entre a metrópole e a colônia, não raro, porém, respondendo “às próprias perguntas que colocam, umas atrás das outras, em termos de violentas afirmações europeocêntricas”²⁶.

Mas, o “paradigma da inserção” remonta, a meu ver, ao seu ensaio seminal “O Entrelugar da Literatura Latino-Americana”, publicado originalmente em inglês em 1971, e recolhido em *Uma Literatura nos Trópicos: Ensaios sobre Dependência Cultural*, de 1978. Falar em um “entrelugar” implica, é preciso deixar claro, pensar um lugar concreto e específico, e não um mero lugar de passagem, ou um “não lugar” à *la* Marc Augé. O que confere densidade histórica e geográfica a ele é o empreendimento colonial, construído sob o signo da homogeneidade e pelo apagamento sistemático da diferença, afinal, “na álgebra do conquistador a unidade é a única medida que conta”, como diz Silviano²⁷.

25. Silviano Santiago, *Intérpretes do Brasil*, p. 2.

26. *Idem*, *ibidem*.

27. Silviano Santiago, *Uma Literatura nos Trópicos: Ensaios sobre Dependência Cultural*, p. 26.

Todavia, se o colonialismo procurava a todo custo apagar as diferenças, sua própria dinâmica fez com que novas relações, imagens e sons aparecessem – pouco identificáveis aos olhos e ouvidos talvez insensíveis do colonizador. Assim, o “entrelugar” é também um lugar *a partir* do qual se fala, e não apenas *sobre* o qual se pode dizer algo. Caberia ao intelectual latino-americano, antes de tudo, compreender esse lugar e saber usá-lo, transformar o “entrelugar” em um espaço eminentemente analítico para ver o mundo desde uma perspectiva própria.

Não sendo o caso de prosseguir com essa contextualização das ideias de Santiago, das quais, inclusive, venho me ocupando²⁸, lembro apenas, porém, que as questões implicadas no “paradigma da inserção” ganham desdobramentos e formulações decisivas nos ensaios reunidos em *O Cosmopolitismo do Pobre*, de 2008, especialmente sua crítica à pesquisa das “fontes” ou das “influências”, que, segundo ele, apenas reproduziriam o discurso neocolonialista e policialesco das origens, e, portanto, da pureza capaz de iluminar o resto. Ao contrário, o que interessa desse ponto de vista são os deslocamentos e tensionamentos das visões estáveis e polarizadas de identidade; as múltiplas variações de significado a partir de um mesmo e aparente cristalizado significante.

III

Faço agora um parêntesis para situar alguns trabalhos meus nesse quadro e minha visão mais matizada das possibilidades analíticas da ideia de formação de Antonio Candido, bem como minha aposta na ideia de sequências, que tomo em parte a Roberto Schwarz.

28. André Botelho, “Sinal dos Tempos: Anacronismo e Atualidade de Uma Literatura nos Trópicos”.

Em balanço escrito com Elide Rugai Bastos sobre o interesse contemporâneo das ciências sociais brasileiras pela tradição intelectual do pensamento social, nós argumentamos que, longe de constituir um traço idiossincrático da sua prática no Brasil, esse interesse em franco crescimento, aliás, pode ser relacionado de várias formas à controvérsia mais ampla sobre a importância dos clássicos nas ciências sociais como um todo²⁹. Fundamentalmente, os clássicos expressam uma característica crucial das ciências sociais, que, como toda disciplina de natureza intelectual, trazem em si uma história construída³⁰. Por isso, pode-se dizer que a renovação do interesse pela tradição sociológica brasileira explicita conflitos a respeito da própria identidade disciplinar das ciências sociais. E, mais ainda, indica também que o exame constante de suas realizações passadas, inclusive através da exegese de textos e de outras fontes de pesquisas documentais, assume papel muito mais do que tangencial na prática corrente das disciplinas que a compõem. Pois, em contraste com o que ocorre nas ciências naturais, a lógica das ciências sociais exige que, para que elas atinjam seus fins, refaçam o seu próprio caminho – se assemelhando, neste aspecto, ao trabalho de Penélope.

Partindo da ideia de formação de Antonio Candido, nosso texto operou segundo duas afirmações complementares que, de alguma forma, também a colocavam em discussão. De um lado, pretendemos mostrar que a reflexão sobre o pensamento social constitui-se elemento fundamental para a compreensão do movimento geral da sociedade brasileira; de outro, que o entendimento do sentido das ideias só pode ser alcançado se referido a um quadro social, político, econômico e

29. Elide Rugai Bastos & André Botelho, “Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro”.

30. Jeffrey C. Alexander, “A Importância dos Clássicos”.

cultural concreto. Utilizar a noção de “formação” foi, então, a estratégia pela qual procuramos problematizar a existência ou não de linhas evolutivas mais contínuas no pensamento brasileiro. Essa posição se expressa na consideração tanto de elementos de continuidade quanto de descontinuidade entre os diferentes textos que buscam dar conta do processo de constituição da sociedade brasileira. Tratava-se de mostrar, diferentemente de grande parte das teses sobre o assunto, a não existência de rupturas essenciais (ou de natureza?) entre os denominados ensaios de interpretação do Brasil e os estudos monográficos científicos sobre a sociedade, produtos da reflexão que se dará na universidade. Em outros termos, falar de formação significa pensar como se dá o processo de análise social no cenário histórico brasileiro. Posto deste modo, mesmo considerando-se que o pensamento social não constitui objeto específico de uma disciplina em particular, partimos da afirmação de ser o estudo sobre os intelectuais e sua interpretação do país elemento constitutivo da reflexão sociológica brasileira. Através dele podemos reconstituir os problemas e os embates que atravessam, em diversos tempos, a sociedade brasileira.

Assim, nesse texto, menos do que um ideal e uma abordagem de seriação diacrônica, o problema da “formação” posto por Antonio Candido nos permitiu rastrear a reposição da reflexão sobre os limites de nossa modernidade e, por consequência, o exame sobre a posição e o papel dos intelectuais no Brasil. O problema da seriação das ideias, porém, persistia. Afinal, no texto paradigma de Candido, “formação” supõe um fim positivo e necessário: a passagem – evocada pela célebre imagem da transmissão da tocha entre corredores – de uma situação inicial de “manifestações avulsas” para uma “formação” sistêmica orgânica e estruturada segundo linhas mais ou menos definidas. É exatamente quando a atividade dos escritores de um dado período se integra

em sistema que “ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária – espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo e no movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo”³¹.

Inspirei-me na crítica de Roberto Schwarz à ideia de “formação” de Antonio Candido em duas outras ocasiões principais. A primeira, ao empregar a ideia de “sequências” num artigo de 2007³². Por meio dessa categoria busquei capturar um conhecimento particular da sociologia sobre a política, construído ao longo do tempo, por autores de diferentes gerações e orientações ideológicas, mas enlaçados por desafios, conflitos e linguagens também compartilhados. Embora tenha desaparecido do título do meu livro recém-publicado, *O Retorno da Sociedade: Política e Interpretações do Brasil*, é a ideia de sequências que não apenas enfeixa os capítulos, como informa a espécie de metateoria que estou propondo, uma sociologia da sociologia política. Na minha acepção “sequências” é, assim, um recurso analítico, da família do tipo ideal weberiano, forjado para repensar, na longa duração, diferentes interpretações sociológicas sobre as relações entre Estado e sociedade e também público e privado na sociedade brasileira.

“Sequências” configura, portanto, uma proposta de abordagem diacrônica entre textos e contextos que abre espaço para a reconstituição de linhas cognitivas não apenas comuns, mas também diferentes e, desse modo, de processos de acumulação intelectual, mas sem pretender subtrair o caráter contingente e aberto dos mesmos. Nesse sentido, “sequências” se me afigura como uma alternativa, sobretudo, ao aspecto normativo de certos usos da categoria de “formação”, ao pensar uma

31. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, pp. 25-26.

32. André Botelho, “Sequências de uma Sociologia Política Brasileira”.

combinação de elementos diferentes e individualizados, mas ligados por uma relação de pertinência, uma compreensão mais apurada de recursos cognitivos abertos, ainda que não aleatórios. Noutras palavras, o reconhecimento de que há acumulação intelectual não significa, necessariamente, atribuir-lhe uma direção unívoca. Já que o sentido das obras não está dado de antemão, somente um corpo a corpo com os textos e seu confronto com diversos contextos poderá definir a força ou a fraqueza de suas linhas definidoras. Substantivamente, um aspecto importante da ideia de sequência é justamente a questão da mudança, dado que ela recolocaria a questão dos dilemas e dos efeitos sociais e políticos das ideias a cada nova situação histórica.

Importante lembrar a categoria de “linhagens” forjada pelo saudoso amigo Gildo Marçal Brandão, com a qual eu também dialogava à época, no âmbito do Projeto Temático Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro, da Fapesp. Gildo Marçal Brandão persegue o fio que nos tem ligado na prática das ciências sociais, e nas suas formas correspondentes de pensar o Brasil e de nele atuar, ao nosso passado intelectual, e desafiadoramente nos mostra que, também neste caso, *os fios mais finos podem mesmo ser os mais firmes*, para evocar livremente uma formulação sobre Simmel de Gabriel Cohn³³. Trata-se de um programa de pesquisa consistente que, explorando a fundo as consequências do fato de que nenhuma inovação intelectual se realiza num vazio cognitivo, propõe nova inteligibilidade para o pensamento político-social brasileiro. Mais do que mera testemunha do passado, este constituiria o índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais – “um estoque teórico e metodológico” – a que autores de diferentes épocas são levados a se referir, ainda que indiretamente

33. Gabriel Cohn, “As Diferenças Finas: de Simmel a Luhmann”.

e guardadas as especificidades cognitivas e políticas de cada um, no enfrentamento de velhas questões postas pelo desenvolvimento social. Não se trata de minimizar o influxo cognitivo externo a que também as ciências sociais brasileiras estão sujeitas em sua prática cotidiana, e sim de reconhecer que, ainda assim, o pensamento político-social brasileiro tem representado “um afiado instrumento de regulação de nosso ‘mercado interno das ideias’ em suas trocas com o mercado mundial”³⁴.

A meu ver, a noção de “linhagens” apresenta uma proposta mais estrutural e menos diacrônica, mas em compensação, a meu ver, também menos normativa do que a categoria de “formação”. Tal como formulada por Gildo Marçal Brandão em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, a despeito de sua contínua variabilidade, ela se propõe a reconhecer “as determinações mais gerais a que chegou o processo ideológico brasileiro”³⁵. O próprio verbo escolhido (reconhecer) sugere que a formulação se dá não só no plano analítico, mas também ontológico. O objetivo consiste em “demarcar a existência, no plano das ideias e das formas de pensar, de continuidades, linhagens, tradições”, ressaltando que “a vida ideológica brasileira não é aleatória; faz, ao contrário, sistema e sentido, embora seja (ou tenha sido) descontínua, sujeita a ciclos de substituição cultural que, por vezes, parecem fazer tabula rasa de todas as anteriores configurações”³⁶. Não obstante as evidentes ressonâncias candidianas nessa proposta, uma diferença fundamental se coloca: se num estudo de “formação” o crucial é o delineamento dos possíveis momentos nos quais o sistema se “completa”, isto é, conforma suas linhas evolutivas próprias, já num estudo de

34. Gildo Marçal Brandão, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, pp. 23-24.

35. *Idem*.

36. *Idem*.

“linhagens” as circunstâncias históricas específicas são menos decisivas que a constatação da própria continuidade das ideias – numa ênfase, portanto, mais estrutural que histórica. Essa ênfase é exemplificada na hipótese de situar o liberalismo atual em linha de continuidade com o diagnóstico de Tavares Bastos sobre o caráter asiático e parasitário que o Estado colonial herdou da metrópole portuguesa, passando pela tese de Raymundo Faoro sobre a permanência histórica de um estamento burocrático-patrimonial, e desaguando na proposta de Simon Schwartzman e outros “americanistas” de (des)construção de um Estado que rompa com sua tradição “ibérica” e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e “delegação”. Depreende-se daí que as referências a autores e/ou contextos específicos, apesar de importantes, vêm a reboque da constatação de uma unidade estruturada maior.

Uma questão metodológica importante suscitada pelo livro de Brandão é saber se o pertencimento a uma “família” intelectual constitui um ponto de partida estrutural da análise, ou antes, um problema mais contingente, cujo *sentido*, sendo variável em relação à combinação com outros fatores internos e externos de composição das obras, somente a pesquisa comparativa poderá apontar caso a caso. Nas continuidades traçadas no livro, demonstradas especialmente no caso do “idealismo orgânico”, as duas alternativas convivem em tensão. Nesse sentido, um dos aspectos mais produtivos da proposta é justamente o de, ora perseguindo desenvolvimentos internos, ora cruzando diferentes linhagens, surpreender afinidades eletivas e escolhas pragmáticas onde elas não são evidentes, esperadas, intencionais – seja em termos cognitivos ou normativos.

Voltei ao debate sobre “formação”, “linhagens”, “sequências” num ensaio publicado em 2010 que intitulei de “Passado-Futuro das inter-

pretações do Brasil”, mas cuja decisão editorial unilateral transformou em “Passado e Futuro das Interpretações do País”, cuja adição do *e* jogou por terra minha glosa do título de Reinhart Koselleck. Nele, volto a alguns dos mais instigantes ensaios sobre a formação da sociedade brasileira publicados entre as décadas de 1920 e 1940 que permanecem nos interperando de várias formas, como *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr., *Sobrados e Mucambos* (1936), de Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr. e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), de Vianna.

Argumentei que, apesar de comumente reunidos na expressão “ensaísmo de interpretação do Brasil”, a forma ensaio não permitiria, no entanto, uma definição estrita deles baseada em características cognitivas ou narrativas exclusivas, embora alguns traços lhes sejam comuns e até mesmo possam distingui-los de outras modalidades de imaginação sociológica que os precederam e os sucederam. Apesar de compartilharem vários aspectos, o pertencimento sincrônico daqueles ensaios não me pareceu suficiente para caracterizá-los como uma unidade estruturada também do ponto de vista contextual mais amplo. Ao contrário dos movimentos culturais, como o movimento modernista seu contemporâneo, por exemplo, o ensaísmo não expressa a organização e a atuação de um grupo de indivíduos/autores com interesses coletivos comuns programáticos e deliberados, a despeito de seus conflitos e disputas internas.

Se as características comuns nos levassem a definir os ensaios de interpretação do Brasil como uma unidade, como se eles formassem um todo coerente ou estável, correríamos o risco de deixar de reconhecer

e de qualificar as diferenças significativas existentes entre eles. E ainda que aquele tipo de caracterização possa favorecer visões de conjunto num possível entrelaçamento de problemas, questões e perspectivas comuns, isso não significa, necessariamente, que o *sentido* dos ensaios já esteja dado de antemão. E muito menos que as interpretações da formação da sociedade brasileira que realizam possam ser tomadas como intercambiáveis ou equivalentes.

Assim, como deve estar claro, o que realmente vem me interessando na abordagem diacrônica das ideias é o que poderíamos chamar, tendo em vista questões teóricas mais amplas, que não posso discutir nesse momento, de “repetição com diferença” na tradição intelectual brasileira, malgrado certo “ar de família” que, por certo, também guardam entre si. Repetição com diferença pode ser uma boa forma de provocar outra interpretação da dinâmica cultural da sociedade brasileira/sociedades dependentes, marcadas pela cópia e pela obsessão pela origem e unidade – quase sempre eurocêntricas. Como sugeri no início destes já longos comentários, penso que a nossa tarefa teórica premente é rever os modos específicos de ler a diferença cultural no interior de práticas discursivas e institucionais, culturais e políticas, por meio das quais foram modeladas algumas das mais persistentes linhas de interpretação sobre o Brasil e seus dilemas.

Há boas pistas sobre como a repetição alcança a diferença, particularmente se constituirmos um campo problemático a partir dos trabalhos de Silviano Santiago, Antonio Candido e Roberto Schwarz, com os diálogos também internacionais que permitem, mas esse é um assunto para ser desenvolvido com mais vagar adiante. Como espero ter deixado claro no tratamento que procurei dar ao tema da “formação” nesses comentários, digamos, preliminares, não se trata, porém, de substituir uma vertente analítica por outra. Na verdade, penso que



a tarefa que temos pela frente é confrontá-las para promover uma espécie de irritação mútua entre elas, e assim ganhar maior densidade na discussão sobre o problema da originalidade e da dependência da cultura brasileira.

IV

Não sendo especialista em Celso Furtado, não posso deixar, porém, de levantar algumas questões, apenas pequenas “lascas”, no modo, talvez cristalizado e já rotinizado, com que aparece no campo problemático da “formação”. Não deixa de ser interessante que a palavra chave “formação” que o jogou em cheio no âmago do paradigma, seja, no caso do título de seu livro aqui comemorado, na verdade, totalmente contingente. Devo a Rosa Freire d’Aguiar a advertência. Em carta de 23 de junho de 1958, Celso Furtado conta ao seu irmão, Jorge, que acabou escolhendo o título *Formação Econômica do Brasil* para seu novo livro como, na verdade, apenas uma segunda opção: “Vejo que o título que eu havia combinado com o português [o editor] já foi tomado pelo Rangel (Introdução ao estudo, etc.). Resolvi mudar de título: Formação Econômica do Brasil. Por favor não o espalhe de imediato, para que não tenha a sorte do primeiro”.

Contingente, a ideia de “formação” seria, por certo, ratificada em escritos posteriores de Furtado, como aparece em sua obra autobiográfica, “A Descoberta do Brasil” (título de capítulo de *A Fantasia Organizada*), onde discute retrospectivamente vários problemas implicados na ideia de formação. Seu desafio, afinal, argumentava Furtado, consistia em “aplicar a imaginação na descoberta do que é único no processo formativo de um sistema econômico”. Desafio para o qual a abordagem sincrônica da Cepal, especialmente de Raúl Prebisch, seria



insatisfatória: “Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento de fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira [...] o que interessava era desvendar o seu encadeamento na história”³⁷. Mas de que ideia de “formação” Celso Furtado e nós mesmos estamos falando?

Formação Econômica do Brasil é um clássico também pelo que nos permite entender sobre certos desafios tenazes e ainda abertos à sociedade. Apesar das mudanças em curso desde então, e das novas configurações das cada vez mais complexas relações entre centro e periferia, vamos também nos dando conta que, de fato, a história não é uma linha reta – nem “uma”, nem “reta”. Então, a preocupação renovada com a inserção do Brasil no mundo e do relacionamento complexo das suas diferentes regiões entre si traz Celso Furtado para mais perto de nós, seus leitores do século XXI. Seja como for, substantivamente, o que se passa com a “formação” de Antonio Candido, um sistema literário constituído a despeito da sociedade, como tão bem pontuou Roberto Schwarz, dificilmente se poderia verificar em *Formação Econômica do Brasil*. Ou pretendemos ignorar que elementos como “mercado interno”, “classes médias” e a recriação de assimetrias externas e também internas – de que é emblemática a própria questão do Nordeste em relação ao subdesenvolvimento no livro de Furtado – são questões e desafios políticos em conflitos mais vivos do que nunca na sociedade brasileira dessa segunda década do século XXI que agora se abre?³⁸

37. Celso Furtado, *Obra Autobiográfica*, pp. 70-71.

38. Sobre o Nordeste, tema em que estou particularmente interessado para as comemorações dos cem anos de Celso Furtado, podemos lembrar de *A Fantasia Desfeita*, livro em que revê suas próprias posições e no qual a concretude da região Nordeste pesa na argumentação não apenas sobre o subdesenvolvimento, como também na discussão sobre a emergência de forças sociais novas, de novos

Assim, penso que retomar Celso Furtado é uma excelente oportunidade para enfrentar de maneira renovada o debate sobre a “formação”, a um só tempo indispensável, mas que pode ser limitado se negligenciarmos algumas dificuldades envolvidas na busca de unidades mais estáveis para os ensaios de interpretação do Brasil. A meu ver, devemos procurar problematizar alguns pressupostos assentados em décadas de relacionamento das ciências sociais, de outras disciplinas e da própria sociedade com seus ensaios de interpretação. Se a experiência intelectual que formam pode ser considerada maior que as diferentes peças que a compõem, por outro lado, sua análise não deve dissolver a diversidade no genérico, as individualidades no conjunto, o teórico no contexto histórico, o cognitivo no político.

Afirmei desde o título desta apresentação meu interesse no debate sobre o tema da formação. Destaquei algumas posições diferentes, a minha inclusive, argumentando que são também modos de leitura da questão da diferença na cultura e na sociedade brasileiras. Se numa análise da formação o interesse se volta para os momentos de maturação de um nexos orgânico entre produções culturais anteriormente avulsas, ou, antes, como se tem insistido mais recentemente, nos momentos de dissolução dessas mesmas referências compartilhadas, com a noção de sequências pretende-se enfatizar uma espécie de “circuito aberto” que, por meio da pesquisa empírica, possa perseguir e matizar perdas e ganhos no processo.

Aposto em novas formas de corpo a corpo com os textos e os contextos das interpretações do Brasil para a emergência de compreensões renovadas do processo social que não apenas nos separa de modo line-

atores sociais (trabalhadores rurais, pequenos proprietários, a exclusão de direitos de trabalho/sociais).

ar, mas também nos liga, elipticamente, ao passado. Intepretações do Brasil, como a de Celso Furtado, não existem apenas no seu contexto histórico original, elas constituem antes um espaço social de comunicação reflexiva entre diferentes momentos da sociedade, entre seu passado, presente e (de uma forma ou de outra) futuro. É que o passado, para encerrar com Theodor Adorno, inclusive uma espécie de patriarca de algumas das famílias intelectuais aqui envolvidas, talvez só venha a estar “plenamente elaborado”, de fato, quando “estiverem eliminadas as causas do que passou”³⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. “A Importância dos Clássicos”. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999, pp. 23-90.
- ADORNO, Theodor W. “O que Significa Elaborar o Passado”. In: *Educação e Emancipação*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo”. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori & ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da Formação. Três Estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp. 7-66.
- . *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: Dialética e Dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BASTOS, Elide Rugai. “Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: Um Diálogo”. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Unesp*, São Paulo, vol. 28, pp. 19-36, 2005.

39. Theodor W. Adorno, “O que Significa Elaborar o Passado”, p. 49.

- _____. & BOTELHO, André. “Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro”. In: MARTINS, Carlos Benedito & MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Anpocs, 2010, vol. 1, pp. 475-496.
- BOTELHO, André. *O Retorno da Sociedade. Política e Interpretações do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2019.
- _____. “Sequências de uma Sociologia Política Brasileira”. *Dados*, vol. 50, n. 1, pp. 49-82, 2007.
- _____. “Sinal dos Tempos: Anacronismo e Atualidade de *Uma Literatura nos Trópicos*”. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma Literatura nos Trópicos*. Recife, Cepe, 2019, pp. 361-379.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 2007.
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. *Marxismo como Crítica da Ideologia: um Estudo sobre os Pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2019.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.
- _____. “O Significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- CEPÊDA, Vera Alves. “Contextos e Funções da Democracia no Pensamento Furtadiano – 1944-1964”. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Unesp*, São Paulo, vol. 46, pp. 187-215, 2015.
- _____. “O Lugar da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado no Pensamento Político dos anos 50”. In: BOTELHO, André *et al.* (org.). *O Moderno em Questão. A Década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2008, pp. 357-388.
- COHN, Gabriel. “As Diferenças Finas: de Simmel a Luhmann”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, n. 38, 1998.
- FURTADO, Celso. “Carta a Jorge Furtado”. 23 de junho de 1958. *Mimeo*.

- _____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Obra Autobiográfica*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- HELAYEL, Karim Abdalla. *Um Sociólogo na Periferia do Capitalismo: A Sociologia Histórico-Comparada de Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- MARINO, Raphael. *As Figurações da Formação no Pensamento Brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2019.
- NOBRE, Marcos. “Depois da ‘Formação’”. *Piauí*, n. 74, nov. 2012.
- RICUPERO, Bernardo. “Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 53, p. 371-377, 2005.
- SANTIAGO, Silvano. “A Anatomia da Formação: A Literatura Brasileira à Luz do Pós-Colonialismo”. *Folha de S. Paulo*, 7 set. 2014, Ilustríssima, pp. 4-5.
- _____. “Formação e Inserção”. *O Estado de S. Paulo*, 26 mai. 2012.
- _____. *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000.
- _____. *Uma Literatura nos Trópicos: Ensaios sobre Dependência Cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. “Ao Vencedor as Batatas 30 Anos: Crítica da Cultura e Processo Social” [entrevista a André Botelho e Lília Moritz Schwarcz]. *In: Seja como For. Entrevistas, Retratos e Documentos*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2019, pp. 223-251.
- _____. “Os Sete Fôlegos de um Livro”. *In: Sequências Brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.